

CAMPOS, Casemiro de Medeiros.
Saberes docentes e autonomia dos professores.
Petrópolis: Vozes, 2007.

Bárbara Bianca Bronzo de Pinho*
Priscila Larocca **

A obra "Saberes docentes e autonomia dos professores", escrita por Casemiro de Medeiros Campos, é composta de ensaios integrados que abordam a temática formação de professores, tendo como referência os saberes e os fazeres docentes. O autor é pedagogo, mestre em educação e pesquisador na área de educação superior e formação de professores, leciona no curso de Pedagogia na Universidade de Fortaleza.

O livro, publicado em 2007 pela Editora Vozes, possui 102 páginas e organiza-se em sete capítulos construídos em torno de debates teóricos atuais, buscando compreender os movimentos que constituem o ofício da docência.

No primeiro capítulo "Os rumos da educação no mundo globalizado", o autor aborda o surgimento da escola e suas transformações na sociedade, mediante seus interesses. Para o autor, a escola, como instituição de uma sociedade capitalista, não tem apenas o caráter de reprodução social, mas apresenta-se, também, como espaço de construção de idéias, representações, enfrentamentos e contradições.

Neste capítulo, o autor destaca a hegemonia do modelo da racionalidade-técnica instrumental como modelo de saber predominante, explicando que esse modelo de saber, referenciado na ação e na prática, passou a dominar todas as esferas da vida humana, servindo a um projeto civilizatório que visa à acumulação de riquezas e valorização do capital: o neoliberalismo.

O autor explica como os organismos internacionais, a partir da década de 1990, passam a influenciar os programas de educação, especialmente no Brasil. A exigência feita quanto às mudanças para expandir a escolarização baseia-se nos padrões da gestão empresarial que estão expressos nos seguintes documentos: Plano Decenal de Educação (1993), Conferência Nacional de Educação (1994), LDB 9394 (1996), Lei do Fundef (9.424/96), Plano Nacional de Educação (2001),

Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais (1997).

Para fundamentar as propostas reformistas elegeu-se a pedagogia das competências, surgida das discussões sobre a qualificação dos trabalhadores na França como crítica à racionalidade mecanicista. A categoria competência, segundo o autor, foi sistematizada a partir das experiências do meio empresarial e sua concepção prioriza a formação a partir da prática. Conforme Campos, o projeto de formação baseado na pedagogia das competências objetiva "formar profissionais versáteis, adaptáveis e flexíveis conforme as necessidades do mercado". (p.18).

Buscando superar o modelo de formação por competências, o autor opta por um modelo que enfatiza os "saberes docentes, a partir da compreensão de que a prática é um momento de construção de conhecimentos e saberes que emergem no próprio trabalho. Nesse sentido, o autor afirma que a formação fundamentada nos saberes, abrangerá conhecimentos, competências e habilidades. Dessa forma, o saber do professor dar-se-á no exercício de sua profissão e no cotidiano de sua ação. A relação teoria e prática apresenta-se redefinida a partir de uma racionalidade da prática.

O segundo capítulo "Saberes docentes e autonomia dos professores" apresenta o trabalho de Schön e a antropologia cognitiva como referenciais que valorizam os conhecimentos dos professores gerados a partir de suas práticas e no cotidiano de seu trabalho. A partir da antropologia cognitiva, Campos evidencia que a ação é comportamento manifestado e guiado pela cognição. "Através da cognição se dá à mediação a ação do indivíduo e as estruturas sociais."(p.21). A ação humana, enquanto processo cognitivo, é compreendida a partir da aceitação dos sistemas particulares da cultura, situando-a no contexto social. Esse olhar sobre a ação humana a partir do trabalho situa o professor como trabalhador prático, que lança mão da sua cognição, e pela reflexão da sua prática, refaz a sua ação. Dessa forma tem-se a epistemologia da prática docente, em que o objeto da profissionalidade docente é o humano e exige a emancipação. Por ser assim, Campos considera que "a epistemologia da prática docente é o

* Mestranda do PPGE-UEPG. E-mail: barbara.pinho@ig.com.br

** Docente do PPGE-UEPG.

E-mail: priscilalarocca847@hotmail.com

reconhecimento do conhecimento do professor como auto-conhecimento". (p.26).

Mas, o autor ainda coloca que os saberes docentes possuem uma ambigüidade: o desenvolvimento das competências e a epistemologia da prática docente. Para ilustrar tal ambigüidade, o autor questiona: as competências profissionais exigem mais que saberes ou os saberes exigem muito mais que competências profissionais? Se competência significa um saber-fazer que é mobilizado na ação pela necessidade imediata do saber disponível na memória do professor, a concepção defendida pelo desenvolvimento de competências pode limitar o conteúdo da prática docente a uma ação puramente técnica, identificando-a com a racionalidade técnica-instrumental. De acordo com Campos, o uso do termo competência deve ser entendido no plural porque o bom desempenho do sujeito está nos recursos mobilizados na ação, os cognitivos, afetivos, emocionais. A ação docente, por acontecer numa situação real, requer do docente várias competências e a identidade docente se funda no entendimento de que o professor é produtor de saberes. Na finalização do capítulo, o autor afirma sobre seu interesse em explicitar os saberes docentes e seu processo de construção, entendendo a prática docente como práxis que leva em conta a experiência do professor nas dimensões social e ética, e alicerçada no diálogo.

O capítulo 3 "A prática curricular numa visão interinstitucional" foi organizado pelo autor em dois momentos: no primeiro, o autor contextualiza a sociedade de hoje e no segundo revisa o conceito de universidade e currículo, pela ótica das teorias crítica e pós-crítica para o entendimento de uma visão interinstitucional. Para Campos, o momento atual é marcado pelas incertezas e a crise vivenciada hoje tem suas raízes na modernidade. O conhecimento nesta nova era foi instrumentalizado pelas regras do sistema capitalista, o que significa dizer que as teorias que tentavam explicar o todo, sofreram declínio, prevalecendo as leituras específicas e especializadas, donde prevalece o modelo de desenvolvimento baseado na razão instrumental. Nesse sentido, a universidade entendida como lócus de produção e transmissão de conhecimentos tem a função social de socializar o saber. Um saber não fragmentado. Para superar a fragmentação do saber, as práticas curriculares na universidade e sua relação com a sociedade devem indicar a integralização dos saberes por meio da interdisciplinaridade, do estímulo à articulação teoria e prática e do reconhecimento dos saberes produzidos na experiência pelas instituições parceiras da universidade.

No capítulo 4 "A aula e o trabalho docente" o autor revisa a temática da sala de aula como objeto de pesquisas, desde 1990, afirmando que a

etnografia tem sido utilizada para a releitura da prática pedagógica e do trabalho docente. Para Campos, a sala de aula é o lugar da profissionalidade e da prática docente. O autor coloca que para o sucesso do trabalho docente é necessário que os professores superem as próprias crenças para que os alunos experimentem algo inovador. As crenças mencionadas são definidas como faculdades que os docentes internalizam antes de se tornarem professores, consolidadas pelo tempo e normalmente espelhadas em antigos professores. A modificação da ação docente, nesse sentido, passa pela compreensão do sistema de crenças dos professores, por meio da auto-reflexão, capaz de propor vivências que permitam a sensibilização para a mudança.

No capítulo 5 "Da relação família-escola: revendo vínculos e reciprocidade", o autor trata da relação família-escola na sociedade contemporânea, a começar pelo questionamento do significado do conceito de família. A família dos dias atuais configura-se como um agrupamento de pessoas que trocam relações, predominando um grau de parentesco e consangüinidade, de acordo com o tipo de arranjo familiar construído como redes de sociabilidade a partir de laços de solidariedade. Segundo Campos, a crise presente nas sociedades capitalistas também influencia a família, fazendo com que esta se adapte e se reestruture. Para Campos, os problemas das famílias emergem nas escolas e nas salas de aula, e por isso o professor acaba por ter que orientar pais e filhos. Nesse sentido, apenas uma leitura feita a partir da ergonomia do trabalho docente é que se poderá compreender o investimento afetivo e cognitivo que qualifica a identidade do professor.

No capítulo 6 "A formação de professor e o curso de pedagogia no Brasil: caminhos e descaminhos na construção da identidade do pedagogo", o mais extenso do livro, Campos trata dos embates entre os órgãos normativos do governo - MEC e CNE - e as entidades acadêmicas acerca dos projetos de formação docente. Para o autor, a discussão ocorrida na reunião nacional do Forumdir - Fórum dos Diretores das Faculdades, em 2005, envolveu três propostas para as diretrizes do curso de Pedagogia:

- . a primeira, da Anfope – Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação, que defendia a formação do pedagogo à luz de uma base comum nacional, fundamentada na abordagem sócio-histórica de educador e que assegurasse a docência como base de formação para os profissionais da educação;

- . a segunda, defendida pelo Forumdir, que pontuava a necessidade de articular o magistério com a gestão em educação;

a terceira apresentada pelo CNE – Conselho Nacional de Educação, baseada em disposições normativas, enfocava a formação do pedagogo para o exercício da docência para a Educação infantil e para as séries iniciais do Ensino fundamental, com caráter tecnicista e conteudista. Na versão de número 18 da proposta do CNE foi explicitada a formação do pedagogo para atuar na docência das disciplinas de formação pedagógica em cursos de educação profissional. No que diz respeito à gestão, existiam controvérsias entre os conselheiros, para a oferta na graduação ou na pós-graduação.

Campos entende que toda a polêmica sobre a identidade do curso de Pedagogia é gerada pela busca do estatuto epistemológico da Pedagogia como ciência. O autor esclarece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia não explicitam a definição do curso, e sim, apenas, a formação do professor, sendo a docência enfocada como trabalho pedagógico em ambientes escolares e não-escolares.

O último capítulo, “Educar para competências”, Casemiro Campos traz que a educação no momento atual é chamada a organizar novos modos de conhecer, refletir e aprender, o que se traduz em crítica ao modelo da escola tradicional, baseada no ensino do conteúdo e centrada no professor. Para o autor, não basta aprender os conhecimentos formais, é necessário aprender com a experiência, transformando saberes em saber-fazer, em competências. Conforme Campos, a aplicação do saber-fazer leva à tecnificação das relações e da vida. Por tal motivo, a identidade da sociedade atual encontra-se fragmentada sob a regência da racionalidade tecnológica. A competência, então, é entendida como mobilização do saber-fazer, integrado a uma situação de interação prática, que orienta a ação. E é justamente neste ponto, que o autor alerta para o perigo de se enfatizar a prática, no sentido de que essa referência se aproxima dos saberes instrumentais, fruto da estrutura da racionalidade capitalista. A lógica desse sistema impõe, então, através da racionalidade técnica-instrumental, uma perspectiva utilitarista, que nega a autonomia dos sujeitos.

A relação da formação por competências com o sistema educacional é defendida pelo autor na medida em que essa formação aproxima as escolas às práticas sociais. A escola não pode ensinar competências, pois a aquisição das competências é dada por procedimentos pedagógicos que buscam mobilizar os esquemas complexos de ações, em que os indivíduos refletem, avaliam, observam e relacionam, para a tomada de decisão. Após exercer a ação, desencadeada por uma situação, forma-se gradativamente a automatização como resposta para outras situações semelhantes. Campos defende que o instrumento mais adequado ao

desenvolvimento de competências, é a pedagogia de projetos. Para ele, o projeto possibilita a articulação dos saberes aprendidos pelos alunos e a mobilização dos conhecimentos relacionados às práticas sociais. Assim, Campos entende que o ensino por competências requer uma atitude científica de quem ensina, uma vez que formar para agir em contextos incertos, demanda uma mentalidade aberta, perspicaz e inventiva, que exige, por sua vez, também o espírito analítico e crítico. Finalizando seus estudos, Campos coloca que cabe à escola trabalhar cultura e valores, numa perspectiva emancipatória, devendo encontrar na discussão da formação por competência, uma razão para dialogar com uma nova visão de mundo, própria da sociedade urbano-industrial.